

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 12 de novembro de 2018
Ata 06/2018

1 Aos doze dias de novembro de dois mil e dezoito, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se na sala
2 dos Conselhos da Reitoria, sob a presidência do reitor, Flávio Luis Barbosa Nunes. Presentes os
3 conselheiros e convidados Adriane Maria Delgado Menezes, Berenice Mattos da Silva, Fernando
4 Rodrigues Montes D'Oca, Thais Burlani Neves, Fernando Alves Alderette, Álvaro Luiz Carvalho
5 Nebel, Fernando Jassin Gutierrez, Nelson Luiz Reyes Marques, Patrick Vieira, Gabriel
6 Rockenbach de Almeida, Bruna Corvello Stifft, Guilherme da Silva Aguiar, Vitor de Abreu
7 Rodrigues, Julia Ninggermann Faria, Michele Lermen, Walter Marçal Paim Leães Junior,
8 Francilon Lima Simões, Luis Felipe Costa Cunha, Manoel Antônio Madruga da Silveira, Max
9 Lindoberto Castro Gonçalves, Julia Borges Medeiros de Lima, Fabian Eduardo Debenedetti
10 Carbajal, Antônio Carlos de Madalena Genz, Ricardo Neves Cabral, Cristian Oliveira da
11 Conceição, Fernando Luis Herrmann, Rubinei de Servi Ferraz, Ana Cristina Rodrigues da Silva,
12 Janete Otte, João Abadi Soares Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Adriano Vargas Saldanha,
13 Mara Cristina Caipú Mendes, Alexandre Pitol Boeira, Fabio Moreira de Oliveira, Jeferson
14 Fernando de Souza Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos, Grazielle Nogueira da Silva,
15 Daniela da Rosa Curcio, Luciana Neves Loponte, Carlos Alexandre Wurzel, Gislaine Gabriele
16 Saueressig, Janaina Corneli, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Rafael Theis Dittgen, Elton
17 Rodrigues da Silva, Flavia Katrein da Costa, Natalí farias Cardoso, Claire Gomes dos Santos,
18 Michele Roos Marchesan, Clotilde Conceição Victória, Daniela Volz Lopes, Nilo André Pozza
19 Rodrigues e Ana Paula Nogueira e Silva. Apresentaram justificativa para não comparecimento
20 Gisele Lopes Heckler, Karen Nunes Montes D'Oca, Emanuel Marques Queiroga, Jonatas Rosa da
21 Silva, Ronaldo Matias Tavares Junior, Fernanda Graciele Bispo de Oliveira, Maria Eduarda Simões
22 de Lima, Lucas Vanini, Giuliana Gonçalves do Carmo de Oliveira, Elizabete da Silveira Kowalski,
23 Carla Comerlato Jardim, Rocelito Lopes de Andrade e Cláudia Redecker Schwabe. Após saudar
24 os presentes, o presidente lembrou que esta reunião foi chamada para apreciar o regulamento
25 para afastamento para capacitação dos servidores técnico-administrativos, mas havendo
26 tempo, outros temas encaminhados poderão ser abordados. O presidente colocou em
27 apreciação a **ata 05/2018**, aprovada e assinada pelos presentes. A seguir foi colocada em
28 apreciação a **portaria ad referendum 2766**, que trata do POV do câmpus Pelotas, aprovada. O
29 presidente lembrou a importância de regulamentar o afastamento dos técnico-administrativos.
30 O pró-reitor Nilo Pozza, representando a comissão, apresentou a minuta do **regulamento para**
31 **afastamento para capacitação dos servidores técnico-administrativos**; disse que o documento
32 representa a vontade dos TAs e informou que o edital foi encaminhado junto com a minuta para
33 que os conselheiros pudessem ter noção de como será feita a operacionalização. Solicitou que
34 o documento a ser apreciado seja apenas o enviado pela comissão que o elaborou,
35 desconsiderando documentos enviados pelo Codir. O presidente esclareceu que a comissão
36 elaborou o documento, encaminhou-a ao Codir; os gestores encontraram situações que seriam
37 de difícil implementação e propuseram alterações em alguns artigos para que ficasse mais
38 exequível; foi encaminhado para análise quanto à legislação e ao NUGED. A conselheira Daniela
39 Curcio disse que a análise deve ser baseada no documento encaminhado pela comissão e as
40 propostas do Codir feitas durante a análise do documento. A conselheira Flávia Costa
41 questionou se as observações do Codir foram analisadas pela comissão e pediu que fossem
42 informados os argumentos que justificaram o seu não acatamento. Referente ao art. 2º, inciso
43 13, referente à unidade de lotação, não havia sido tratado pela comissão; que a alteração de

44 unidade para unidade de lotação será considerada necessária, no caso de as demais alterações
45 serem acatadas. A inclusão do inciso 14, art. 2º (unidade de exercício) também se dá em função
46 das demais. O pró-reitor leu a conceituação de unidade de exercício: parte da estrutura
47 organizacional na qual o servidor ou servidor possui lotação de exercício; não foi apreciado pela
48 comissão. A conselheira Gabriele Mandler considera que se as vagas forem de exercício e de
49 lotação ficarão complicadas e perguntou o que seriam vagas de exercício e vagas de lotação e
50 propôs que haja uma definição entre lotação ou exercício; lembrou que há servidores que estão
51 na reitoria, mas lotados nos câmpus de origem, gerando a dúvida de por onde concorreriam, se
52 câmpus, reitoria ou ambos. O conselheiro Cristian Conceição disse que a dúvida seria esclarecia
53 a partir do art. 3º que especifica lotação. A conselheira Flávia Costa perguntou se lotação de
54 exercício seria a unidade administrativa ou setor em que o servidor está lotado, ou seria o
55 câmpus a unidade; que entendeu ser coordenadoria ou departamento a que o servidor estivesse
56 vinculado, mas parte da estrutura organizacional não é isso e que é preciso definir para que
57 pessoas que mudem de lotação possam se adequar ao edital. O presidente justificou que no
58 último Codir verificou-se algumas dificuldades para implantar o regulamento na forma como
59 estava; que a principal seria como atender os 10% sem prejudicar o serviço de uma
60 coordenadoria; que os 10% de um câmpus poderiam ocorrer dentro de uma mesma
61 coordenadoria, por isso foi criada, essa proposta, criando um limitador também por
62 coordenadoria, ou seja, seriam respeitados os 10% do câmpus, mas teria um limitador por
63 coordenadoria, por isso a proposta do Codir. A conselheira Flávia Costa destacou que os
64 diretores devem se preocupar com as condições que os afastamentos vão gerar, mas no
65 programa de capacitação diz que cabe à instituição criar condições para que o servidor,
66 independentemente do número de integrantes da equipe de trabalho a qual pertença, possa
67 participar das atividades de capacitação; que a função do regulamento é permitir o afastamento,
68 não de criar subsídios para que isso não ocorra. O reitor disse que em nenhum momento o Codir
69 pensou em fazer essa limitação, mas ao mesmo tempo era preciso pensar no funcionamento da
70 instituição. A conselheira Gabriele Mandler diz entender a preocupação dos gestores, mas que
71 a operacionalização pode ser feita de outra maneira, dando um tempo entre o edital e o
72 afastamento, por exemplo, um mês, para que a gestão possa fazer alguma coisa, deslocar
73 servidor, para não deixar setores prejudicados. A conselheira Daniela Curcio lembrou que há
74 unidades de exercício com menos de cinco servidores e questionou se, nessa situação, nenhum
75 pode se afastar para capacitação. O presidente disse ser até cinco. A conselheira Daniela Curcio
76 disse não estar satisfeita com as colocações do Codir, um órgão consultivo, que não tem cadeira
77 de representação no Consup, que o encaminhamento não está adequado, que é preciso
78 respeitar o trabalho da comissão. O conselheiro Cristian Conceição disse entender o
79 posicionamento da conselheira; que se está colocando coisas para discutir, que o Consup é para
80 isso, pois tem todas as representações participando; disse que a comissão foi ao Codir para
81 discutir e ninguém tem a intenção de tolher ninguém, que quando colocaram a parte da
82 estrutura organizacional foi para não inviabilizar o funcionamento do câmpus, que não fere a
83 norma 3 porque não estão inviabilizando mas promovendo que, de alguma forma, a pessoa
84 possa se capacitar; que para quem é da gestão qualquer regulamento é excelente, porque tira
85 o peso da gestão; que embora pareça, não limita porque em algum momento o servidor vai
86 poder se capacitar. O conselheiro Alexandre Pitol disse que o conselheiro Cristian Conceição
87 resumiu o pensamento do que foi discutido no Codir; que Passo Fundo já tem praticamente 10%
88 dos servidores em capacitação, o que mostra que é possível fazer, mas ao mesmo tempo surge
89 um problema principalmente nos câmpus menores pois se houver afastamento de todos de uma
90 mesma área, por exemplo, TI como a gestão vai fazer; que em cargos administrativos há a
91 possibilidade de fazer rearranjos; que foi essa a discussão do Codir, uma vez que, se foi
92 classificado, o servidor tem que sair. A conselheira Gislaire Saueressig disse ter dúvida tanto
93 como participante da comissão como conselheira: o que é unidade de exercício, se é a
94 coordenadoria ou o departamento. O pró-reitor Nilo Pozza esclareceu que devido às
95 particularidades de cada câmpus não é possível estabelecer uma mesma menor unidade para

96 todos; em um câmpus pode ser departamento, em outra coordenadoria e como o regulamento
97 trata de forma mais abrangente, chegou-se ao conceito de parte da estrutura organizacional
98 onde o servidor possui lotação de exercício, onde efetivamente exerce suas atividades
99 cotidianas. A conselheira e membro da comissão Elizabete Kowalski disse ter ficado surpresa ao
100 ler a minuta com as sugestões do Codir, pois considera que uma pessoa que exerce uma função
101 em determinado câmpus tem que estar lotada naquele câmpus e não entende essa
102 diferenciação; questiona se a pessoa que é a única servidora de um departamento não poderá
103 afastar-se para capacitação, o que não é possível. O pró-reitor Nilo explicou o que é lotação;
104 disse ter 15 unidades no IFSul (reitoria e 14 câmpus) e cada unidade é contemplada com um
105 quantitativo de cargos e a lotação desses cargos é a unidade à qual ele foi distribuído, por
106 exemplo, é técnico-administrativo da reitoria, seu cargo está lotado na reitoria, mas exerce suas
107 funções na Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, então é servidor da reitoria em exercício na
108 Progep. Se for concorrer às vagas do edital para afastamento vai concorrer ao quantitativo de
109 vagas da reitoria, em função da sua unidade de lotação do cargo. Se tiver que concorrer
110 internamente na Pró-reitoria, vai enquadrar-se na proposta apresentada pelo Codir, referente
111 à alteração do parágrafo 3º do art. 3º, que define o limite de vagas por número de servidores:
112 até 05 servidores, um poderá se afastar; se for só um, ele poderá se afastar; 2 vagas para o
113 quantitativo de 06 a 10 servidores; 03 vagas para o quantitativo de 11 a 15 servidores, essa foi
114 a lógica pensada no Codir e não veda que o servidor possa se afastar, mesmo que seja um nessa
115 unidade de exercício que seria coordenadoria, departamento. A conselheira Flávia Costa disse
116 que o regulamento deve ser claro e ouvir explicação do pró-reitor explicação do que está escrito
117 no regulamento prova que ele não está claro e não pode ser aprovado como está. Deve ficar
118 claro se vai se definir por coordenadoria, por departamento; disse que só tem experiência na
119 administração, que nunca trabalhou em câmpus pequenos nem de cargos específicos, mas
120 sempre ouve que o problema é de onde só há um servidor no câmpus, como a pessoa vai se
121 afastar e o proposto hoje não resolve a situação e piora a situação dos demais, porque pensando
122 nos cargos de assistente administrativo que muda a lotação dependendo da necessidade do
123 câmpus, como o câmpus vai lidar com isso, será que não vai gerar uma situação de as pessoas
124 estarem mudando de unidade de exercício para poderem se afastar; de que forma manter justo
125 para todos se está sendo aberto precedente para que esse tipo de coisa aconteça; da forma
126 como está colocado não resolve o problema da assistente social, da psicóloga, bibliotecária e,
127 além disso, piora a situação dos demais. Se for aprovado unidade de exercício o texto tem que
128 ser reescrito de forma muito clara, para que não fiquem dúvidas. O conselheiro Cristian
129 Conceição concordou que deve ser mais clara a parte da estrutura organizacional, mas considera
130 a questão de exercício/lotação muito clara: lotação, para onde fez concurso; exercício, onde está
131 exercendo a função e isso é lei; que a estrutura organizacional foi colocada para diminuir um
132 pouco isso; pode ter um desvio ético de o servidor trocar de função para tentar conseguir o
133 afastamento. Lembrou que o art. 2º só trata de conceitos, não da parte operacional, mas,
134 tirando isso, como fica a condição de, por exemplo, três saírem do mesmo setor; pensando
135 como gestão, somos prestadores de serviço à comunidade, queremos que as pessoas se afastem
136 para capacitar, tranquilo, só que os câmpus têm que funcionar; se há condição de três indivíduos
137 num departamento é mais fácil afastar um dali e o câmpus não vai para mas, se tem só um
138 servidor, não tem o que fazer; se tiver como fazer e evitar o dano que vai haver será preciso
139 mexer aqui ou ali, os câmpus se ajudarem não é possível, existem câmpus com mais
140 necessidades do que outros e mesmo com a totalidade, quem vai responder para a sociedade?
141 A minuta é para acabar com essa questão de gestão, talvez tendo uma definição é melhor para
142 trabalhar isso. Se tiver um servidor no setor ele vai sair; se tiver três e saírem os três, como
143 explicar em termos administrativos? O que não sair agora não fica impedido de sair em outro
144 momento; este é um momento de luta institucional, não se pode perder direitos, mas precisa
145 um pouco de empatia nisso, olhar com mais calma. A conselheira Gabriele Mandler disse que
146 está sendo feito um regulamento para afastamento também para ajudar os gestores, para não
147 ser uma coisa política; então está se fazendo um edital para que seja uma coisa mais tranquila,

148 que todo mundo consiga se afastar, para não ter problema com gestor, mas quando fica, por
149 exemplo, num câmpus, a área de TI é ligada para um lado, em outro, para outro departamento,
150 quem vai definir isso, fica ruim até para o gestor. De repente, pelo bom humor de uma pessoa,
151 ela define que ali é sua coordenação, sua sala, seu departamento; outro não, sou só eu, eu sou
152 o setor, não dá para entender o que é isso se for a pessoa que for julgar, vai acontecer o mesmo
153 que acontece agora, que estamos sem afastamento; vai ter que ter a conversa interna e nuns
154 câmpus é mais fácil, em outros, mais difícil; então a gente vai ter que depender da vontade, de
155 como está o câmpus; tem que ser algo mais conceituado, porque assim não entende e fica na
156 vontade e seu medo não é dos gestores atuais, mas de outros, no futuro, que podem mudar o
157 critério; tem que deixar bem claro a que cada um está concorrendo. A conselheira Juliane Neves
158 disse que a comissão trabalhou meses, pensou em todas essas questões e resolveu não separar
159 os setores; sobre sair agora ou depois, alguns câmpus terão só uma vaga e se for para doutorado,
160 são quatro anos; então o mais justo seria a pessoa mais qualificada sair; precisará conversa nos
161 setores quando só um puder sair, para definir qual será; por essas questões a comissão decidiu
162 por deixar no regulamento apenas lotação. Autorizada a falar, a diretora Ana Paula Silva, para
163 contribuir em relação à questão da estrutura organizacional, disse que ela está aprovada
164 regimentalmente pelo Consup e no momento da discussão do regulamento no Codir falou-se
165 muito em setor e o IFSul não tem setor, tem departamentos, coordenadorias, diretorias, que
166 são as maiores, mas há outras estruturas, como gabinete, auditoria interna, procuradoria
167 federal, onde há servidores em exercício; não temos setor, nem núcleo com função, ou divisão;
168 não se pode falar em setor, que na discussão do regimento estão procurando empregar unidade
169 administrativa, pois dentro do que o MPOG coloca em seus documentos de orientação é o mais
170 adequado para englobar todas as estruturas organizacionais da instituição (coordenadorias,
171 departamentos, gabinete); a outra opção seria, dentro do próprio regulamento, citar todas as
172 unidades administrativas que há na instituição; que a estrutura organizacional são todas as
173 unidades administrativas onde os servidores estão lotados; que o texto proposto foi uma
174 tentativa de contemplar todas as estruturas que há na instituição, mas nada impede tentar uma
175 redação que deixe mais claro. O pró-reitor Nilo Pozza concordou que as decisões não fiquem no
176 âmbito da subjetividade, por isso disse ter segurança de colocar em execução da forma como
177 está; não quer dizer que esta seja a forma mais adequada, por isso esta discussão para trazer
178 uma forma de melhor entendimento; disse que não há o risco de alguém definir se a lotação de
179 exercício do servidor é na coordenadoria ou no departamento, tanto que isso hoje já está em
180 execução em relação às férias, a chefia imediata da unidade de exercício de servidor é quem
181 recebe o e-mail de confirmação; isso está formalizado dentro do SIAPE (trecho inaudível). O
182 presidente disse que tem duas condições que podem ser votadas: a proposta de manter os 10%
183 do efetivo do câmpus ou reitoria, independentemente do local onde a pessoa está lotada, ou
184 que tenhamos os 10%, com limitador por unidade de exercício, que é a proposta vinda a partir
185 das sugestões do Codir. A conselheira Flávia disse que 'proporia diferente, pois o art. 3º já fala
186 dos limitadores e esta é uma questão importante para que todos tomem conhecimento do que
187 está sendo proposto. Sugeriu que fosse analisado o art. 3º para definir se vai ser limitado por
188 unidade de exercício ou não, para posteriormente, prevalecendo a proposta do Codir, volta à
189 votação a unidade de exercício. O presidente explicou a sua proposta porque, se aprovado os
190 10% geral o art. 3º não será avaliado. A conselheira Flávia Costa disse ser importante esclarecer
191 bem quais os limitadores. O presidente ratificou os limitadores informados anteriormente e
192 disse que eles serão discutidos se aprovada a proposta que os assegura. A conselheira Gabriele
193 Mandler pediu esclarecimento sobre por exemplo, se um departamento tem até 05 servidores,
194 duas pessoas pedem, e tem os 10%, então a segunda pessoa que pediu vai ser excluída, mas
195 ainda vai ter 10% e se vai ser chamada a terceira na pontuação até atingir 0s 10%; se não tiver
196 mais até o final, então não será 10%. A conselheira Juliane Neves lembrou que a proposta de
197 edital foi feita baseada na opinião dos servidores e que em todas as reuniões era repassada as
198 suas opiniões, portanto os 10% independente de índice é o que os servidores técnico-
199 administrativos querem e o limitador é opinião da gestão e o edital é feito para o servidor. A

conselheira Gabriele Mandler questionou se existe o limitador no afastamento docente. Foi explicado que tem os 10%, mas não o limitador porque há o substituto. O conselheiro Alexandre Pitol disse que o afastamento docente não pode ser tratado na mesma mesa; que o limitador é exclusivamente para não trancar o serviço; que conforme a conselheira Flávia Costa mencionou, sobre a possibilidade de o gestor interferir a favor de algum colega, o servidor deve denunciar. O presidente retornou ao encaminhamento para votação. A proposta da comissão (10% geral, sem limitador de unidade de exercício) recebeu 25 votos e a segunda, com as sugestões do Codir (com limitador por coordenação), recebeu 26 votos. Aprovada a proposta 2, foi feita a alteração do *caput* do art. 2º. A conselheira Gabriele Mandler sugeriu anexar ao edital o organograma do IFSul. A conselheira Daniela Curcio disse que há problemas administrativos, pessoas lotadas no SIGEPE/SUAP em local que não estão trabalhando; que em sua coordenadoria há casos e que desde o ano passado vem pedindo a alteração e que isso vai causar problemas. A conselheira Flavia Costa concordou com a existência dessas irregularidades e disse que o regulamento não vai definir como tais situações vão ser tratadas; também perguntou se o conceito vai ser da menor unidade administrativa, ou por coordenadoria, departamento. Na estrutura, a coordenadoria geralmente está abaixo de um departamento, que estiver lotado na coordenadoria vai ser considerado só pela coordenadoria, que está lotado no departamento vai ser considerado pelo departamento, mas não vai considerar as coordenadorias que estão abaixo, então este conceito tem que ficar muito bem definido. O conselheiro Alexandre Pitol considerou interessante respeitar a menor unidade a que o servidor pertence; que os câmpus diferem uns dos outros, mas na hora da concorrência, é interna, então as diferenças ficam dissolvidas. O conselheiro Walter Leães Junior disse que primeiro optou por departamentos, mas lembrou que há câmpus que têm coordenadorias diretamente ligadas ao diretor. O pró-reitor Nilo Pozza disse que a redação como está, citando unidade de exercício, deixa a situação muito clara, pois é onde realmente o servidor está realizando de maneira formal suas atividades e onde vai usufruir seus benefícios e onde a administração vai contatá-lo se necessário. A representante da comissão, Elizabete Kowalski, disse que foi muito discutida a questão da pontuação para o afastamento e foi considerada pontuação maior para o servidor que está trabalhando há mais tempo na instituição e da maneira como vai ser feito pode-se correr o risco de dar afastamento para um servidor que está há seis meses na unidade, se ele estiver num setor em que pode se afastar; que ainda não se chegou nessa discussão, mas vai se cair nesse erro, que pessoas vão se afastar porque estão em determinado setor e não por estarem beneficiadas pelo proposto pela comissão. O conselheiro Cristian Conceição disse concordar parcialmente, porque o primeiro critério é o tempo; pode acontecer que havendo três candidatos num mesmo departamento seja beneficiado o de mais tempo de serviço e os outros podem ser prejudicados em relação a servidores com menor tempo de serviço que sejam de outro departamento; que o fato de ter mais tempo numa coordenadoria não garante o afastamento porque vai haver a concorrência com servidores de outras coordenadorias; que está se fazendo algo legal, e que havendo alguma irregularidade, benefício a algum servidor pela gestão, deve ser denunciado; que é preciso aprender a discutir quando as coisas estão erradas, para isso existem PADS e sindicâncias. O conselheiro Francilon Simões preocupa-se com as diferentes estruturas dos câmpus; que, por exemplo, a questão das 5 vagas não vai impedir que toda a biblioteca saia, porque a coordenadoria de apoio ao ensino engloba biblioteca, assistente de aluno, psicóloga, assistente social e isso vai ocorrer diferente em todos os câmpus; por isso todos os critérios devem ser amplamente discutidos e o "a critério da gestão", com os rumores de militarização das escolas, nenhum gestor pode garantir a permanência até o término do mandato e por isso tem que haver regulamentos para garantir o direito dos servidores. O presidente disse que são duas propostas: definir como departamento ou coordenadoria no próprio texto. A conselheira Gabriele Mandler disse que deve ser seguido o que a diretora Ana Paula Silva falou, pois é o que segue todos os documentos do IFSul. Esta explicou que os regulamentos geral e internos do IFSul não dizem especificamente o que é coordenadoria e departamento, eles são citados; no processo que está sendo aprimorado, onde são trazidas

252 outras normativas do MPOG, viu-se que não se pode usar setor, então unidade administrativa é
253 o termo que está sendo trazido para uso nos documentos que estão sendo trabalhados, para
254 contemplar todas as estruturas diferentes e não ter que citar departamento, coordenadoria,
255 diretoria, gabinete do reitor, gabinete do reitor, unidade de auditoria interna, procuradoria
256 federal. Quando se fala menor unidade administrativa, em relação ao afastamento, o servidor
257 que trabalha na coordenadoria só concorre com quem trabalha na coordenadoria; que trabalha
258 no departamento só concorre com quem trabalha no departamento; para o regulamento, o
259 termo seria unidade administrativa, conceituando-a, ou nominar cada uma das estruturas. A
260 conselheira Flavia Costa reforçou que no regulamento, onde consta unidade de exercício –
261 unidade administrativa na qual o servidor ou servidora possui lotação de exercício e serão
262 incluídos dois incisos conceituando respectivamente unidade administrativa e unidade de
263 exercício. O presidente explicou que no art. 3º constaria unidade de lotação, adequando à
264 questão dos limitadores. A conselheira perguntou como fica a questão dos 10% dos câmpus em
265 relação ao servidor que não está em seu local de lotação. A conselheira Flávia Costa disse que a
266 lotação vale para os 10% e perguntou como fica a situação por exemplo, de quem está lotado
267 em um câmpus e lotado em outro; se estivesse lotada na reitoria, em exercício no câmpus
268 Pelotas, por causa da lotação vai contar para definir os 10% da reitoria, mas vai concorrer em
269 alguma coordenadoria do câmpus Pelotas, como seria definido esse critério para afastamento,
270 o servidor se afastaria pela unidade de lotação ou pela unidade de exercício. O presidente
271 respondeu que como está, é pela lotação. Se não estiver em coordenadoria nenhuma como vai
272 concorrer perguntou a conselheira. O presidente disse que terá que ser usado o exercício. O
273 conselheiro Walter Leães disse que o problema é que o sistema não altera lotação do servidor
274 quando em exercício diferente. O pró-reitor Nilo Pozza disse a alteração do exercício deveria
275 acontecer para o servidor exercer função em outro local que não o de lotação. Se ele está
276 exercendo função, para se afastar ele tem que se desligar da função e teoricamente deveria
277 retornar para o câmpus de origem para poder se afastar, mas há situações em que o servidor
278 está em exercício em outra unidade, mas não exerce função, então é uma questão a se pensar.
279 A conselheira Flávia disse que essas questões são um ponto bastante importante para ser
280 definido no regulamento; que precisa ficar definido que se a pessoa estiver concorrendo em
281 outra unidade diferente do exercício de lotação ela não vai poder participar do edital ou definir
282 com qual critério ela vai concorrer em posição de igualdade com outras pessoas. O presidente
283 ratificou que o art. 3º regulamenta só o número de vagas para os 10%, nesse caso não vamos
284 ter o problema da coordenação, só tem que definir lotação ou exercício; que a proposta é
285 lotação, não importa onde o servidor esteja, ele contabiliza para o câmpus ou reitoria dentro
286 dos números daquela unidade. A conselheira Gabriele Mandler disse que fica discordante
287 porque conta o número de vagas para um câmpus e ela usa do outro câmpus, se tiver um
288 número quebrado dá problema. O conselheiro Cristian Conceição disse ter vivido isso na eleição,
289 e fica até constrangedor. A conselheira Flávia Costa disse que continuar votando ponto a ponto
290 vai prejudicar o andamento da sua discussão, propondo que o todo regulamento seja discutido,
291 para depois votar os pontos que se fizerem necessários, pois mais adiante podem aparecer
292 coisas que vão impactar no que já foi aprovado. A conselheira Gabriele Mandler concordou com
293 o posicionamento da conselheira Flávia Costa. O presidente colocou em votação as duas
294 propostas, discutir o regulamento e votar posteriormente, ou continuar discutindo e votando
295 ponto a ponto. A primeira proposta teve 17 votos, a segunda recebeu 22 votos e houve 09
296 abstenções. O conselheiro Fabio Oliveira Perguntou se um tópico tiver sido votado e, mais
297 adiante outro estiver vinculado a ele, não há possibilidade de refazer a votação. O presidente
298 colocou em votação o art.3º; ou mantém lotação, independentemente se a pessoa está em
299 exercício, ela vai contar para a origem, ou colocar unidade de exercício, e aí vai contar da posição
300 que ela está naquele momento. A conselheira Daniela Curcio disse que neste artigo deveria ser
301 colocado algo que garantisse os 10% de forma bem clara, que as condições constantes nos
302 artigos subsequentes não prejudicassem os 10% e que se fosse prejudicar, que não fosse levado
303 em consideração; que principalmente onde há menos servidores, a questão do prejuízo é maior

304 em relação aos 10% que não poderão ser cumpridos. A proposta seria colocar um parágrafo
305 neste artigo dizendo que, para garantia dos 10% do quadro funcional em afastamento, as regras
306 colocadas no terceiro parágrafo poderiam ser descumpridas. O conselheiro Cristian Conceição
307 disse que, colocando esse parágrafo, de nada valeram as discussões; que sempre querem
308 cumprir os 10%, se algum servidor não puder se afastar logo, isso acontecerá noutro momento,
309 que em algum momento poderá haver prejuízo na prestação do serviço. A conselheira Daniela
310 Curcio disse que a situação de não sair agora, sair depois, é muito complexa porque quando o
311 servidor pede, ele já passou por um processo de seleção, e nem sempre vai ter a possibilidade
312 de sair depois; que o servidor não tem garantido afastamento, pois pode acontecer de
313 ultrapassar os 10%; que é da gestão dar conta dos prejuízos e conseguir cumprir algumas dessas
314 questões; que tem muitos câmpus em fase de implantação, que não têm as pessoas trabalhando
315 e as pessoas que estão na gestão estão acumulando muitas vezes tarefas e atividades e essas
316 coisas são administradas; que as questões de prejuízo de trabalho tem que ser administradas
317 pelos outros servidores que estão ali e que em outro momento vão ter seu direito de sair e os
318 gestores estão ali para colaborar nesse sentido. A conselheira Flávia Costa disse que o proposto
319 de certa forma diz que o artigo 3º pode não ser cumprido, uma vez que diz que tem que ser
320 disponibilizado 10% das vagas dos câmpus, então o parágrafo 3º está indo contra o *caput* do
321 artigo. O conselheiro Cristian Conceição disse que independente de afastar-se ou não o servidor
322 pode reduzir carga horária de trabalho, tem as licenças, redução de jornada; que se sair três
323 servidores de um mesmo setor, a gestão não consegue resolver. O presidente disse serem duas
324 questões, a primeira usar de lotação ou de exercício, a segunda, a criação de um parágrafo neste
325 artigo. A conselheira Gabriele Mandler disse que no parágrafo 2º já consta lotação, e
326 posteriormente, é citado exercício. Para levar a votação, o presidente pediu a leitura da
327 proposta original, salientando que ela não cita lotação, nem exercício; que está se propondo
328 colocar lotação, independentemente de onde o servidor estiver em exercício. A conselheira
329 Daniela Curcio disse que não tem como votar o art. 3º da proposta do Codir, porque ele tem
330 incoerência, tem problemas conceituais. A conselheira Gabriele Mandler diz que não vê
331 problemas em votar se será pela lotação ou exercício e considera lotação mais fácil, que
332 considera os 10% da lotação tranquilo. O pró-reitor Nilo Pozza esclareceu que o limite dos 10%
333 está pacificado, é por unidade; que o Codir propôs que o acréscimo do termo unidade, o Codir
334 propôs um limite para que se trabalhe internamente dentro de cada unidade e que a incoerência
335 que vê na execução é quando o servidor está lotado num câmpus e em exercício noutra unidade.
336 Se para resolver essa questão vai se sugerido que, para se afastar, o servidor deve retornar ao
337 seu câmpus de origem ou se deverá ser previsto outro dispositivo que estabeleça como critério
338 que o servidor que esteja em exercício em outro câmpus concorrerá às vagas do câmpus de
339 exercício. A conselheira Gabriele Mandler diz que está tudo sendo definido pela lotação e que
340 depois entra o exercício, na hora de a pessoa poder ou não sair. O conselheiro Walter Leães
341 disse entender que o servidor sai pela lotação dele e o fator de limitação é dentro da unidade
342 administrativa. A conselheira Gislane disse que a dúvida está acontecendo por causa do
343 conceito de unidade de exercício, que na coordenadoria deve ter um lugar que fale como será a
344 limitação. O presidente propôs a votação de alteração no *caput* do artigo e a inserção do
345 parágrafo 3º com os limitadores; propôs discutir os limitadores e depois votar o global do artigo.
346 O pró-reitor Nilo Pozza sugeriu projetar o documento para facilitar o entendimento e explicou
347 que, exceto as marcações em vermelho, referentes às sugestões do Codir, o documento é o
348 construído pela comissão. O presidente perguntou se havia alguma consideração sobre os
349 limitadores de quantitativos. A conselheira Janete Otte disse que deveria ser votado primeiro se
350 iriam ou não colocar os limitadores por unidade de exercício, tendo o presidente respondido
351 que essa votação já foi vencida, com 26 e 25 votos. O conselheiro Francilon Simões disse
352 discordar dos limites, que poderia ser de 1 a 4, 5 a 8 e tendo mais de doze também pode ampliar,
353 porque ainda dá para manter o atendimento de 12 horas. O conselheiro Fábio vê problema com
354 relação ao limite superior, 15 servidores, porque não emite uma regra para algum setor que
355 tenha 16 ou mais servidores. Foi sugerido alterar o parágrafo referente aos limitadores, ficando

356 "a proporção de uma vaga para cada quatro servidores". Também foi proposto acrescentar um
357 inciso explicitando "acima desse limitador, quatro vagas". O conselheiro Walter Leães disse que
358 a redação não fica clara quando são seis servidores, que seria melhor ser taxativo como antes,
359 pois fica claro que a partir do quinto já são duas vagas. O presidente disse que pode ter um
360 limitador de vinte vagas e que o regulamento pode ser revisado ao fim de doze meses. Colocou
361 em votação os limitadores de cinco em cinco (proposta original Codir) ou quatro em quatro
362 (proposta do Consup). A segunda proposta venceu por maioria, tendo a primeira proposta
363 recebido 5 votos e havendo 3 abstenções. Não havendo defesa de um artigo único, sem
364 explicitação de quantidades pontuais, passou-se a redação dos incisos pontuais: uma vaga para
365 o quantitativo de até 04 servidores, duas vagas para de 05 a 08, três vagas de nove a doze,
366 quatro vagas de treze a 16. Colocada em votação a proposta foi aprovada, com uma abstenção.
367 Foi colocada em votação a proposta de colocar um parágrafo que garanta os 10% independente
368 da limitação. O presidente disse que já está vencida, mas coloca ainda a proposta da conselheira.
369 A conselheira Gislaire Saueressig perguntou se, não atingindo os 10% de interessados inviabiliza
370 o edital. O pró-reitor Nilo Pozza explicou que é limitador máximo de vagas, que é critério para
371 desempate se houver mais inscritos do que vagas. O conselheiro Francilon Simões disse que a
372 inclusão do parágrafo garantia o que já consta do próprio capítulo. O conselheiro Cristian
373 Conceição considera que tal inclusão vai contra o que já foi discutido. A conselheira Flávia Costa
374 disse que o Codir poderia ter sugerido a retirada dos 10%, pois a proposta apresentada agora é
375 incoerente; colocar limitador, na prática, abre espaço para que não saiam 10% de servidores. A
376 representante da comissão Elizabete Kowalski disse não ver problema em acrescentar que haja
377 os 10%, pois já existe um limitador. O conselheiro Alexandre Pitol ratificou que não estão
378 limitando, apenas colocando condição de trabalho. O presidente colocou em votação a inclusão
379 de parágrafo garantindo que, caso os limitadores por unidade de exercício não comportem os
380 10% de vagas, seria criada uma fórmula de redistribuir (o que geraria a questão de como
381 distribuir). A proposta recebeu 24 votos, tendo havido 17 votos contrários e 05 abstenções. Foi
382 definida a redação: fica assegurado o preenchimento do quantitativo de vagas previsto no *caput*
383 de acordo com a classificação geral da unidade de lotação. O conselheiro Fernando D'Oca
384 perguntou se a inclusão deste parágrafo não revoga os incisos. O presidente disse entender que
385 os incisos garantem a distribuição entre as coordenadorias e se isso não vier a ocorrer o
386 parágrafo quarto garante o uso da vaga que sobrar em alguma outra, pensados para manter o
387 andamento salutar dos setores, então se tiver de quatro em quatro, saindo dois do mesmo setor,
388 tem uma redução de 50%. A conselheira Gabriele Mandler lembrou que foram fechadas 3 horas
389 de reunião e que, de acordo com o regulamento, precisa haver aprovação de sua continuidade,
390 o que foi aceito pelos conselheiros. No artigo 4º, foi proposta a inclusão de dois incisos: 6º- a
391 ata da equipe de trabalho do servidor em que conste a forma de distribuição de suas tarefas
392 como forma de dar continuidade às atividades desenvolvidas e 7º para os cargos que exigirem
393 habilidades específicas as atividades poderão ser absorvidas por profissionais de outros câmpus
394 ou reitoria, mediante comprovante formal. A conselheira Gabriele Mandler perguntou quem
395 distribuiria as tarefas dos servidores, porque um servidor não pode dizer quem vai fazer o seu
396 serviço. O conselheiro Walter Leães disse que fica ruim até para quem assume. O conselheiro
397 Francilon Simões disse que é ruim por vários aspectos, que podem inclusive inviabilizar o
398 afastamento por questões pessoais. O conselheiro Nelson Marques pediu esclarecimento
399 porque no inciso. 4º fala em aceite, o que dá ideia de programa de pós-graduação, só que o
400 afastamento também é para graduação. Foi esclarecido que é para estágio de graduação ou pós-
401 graduação. O conselheiro então questionou por que nos critérios de pontuação consta não
402 possuir graduação, então como faria o estágio. A servidora Juliane Neves disse que isso está de
403 acordo com a Lei 8.112 e o Decreto 5707. A conselheira Gabriele Mandler disse não haver clareza
404 nas sugestões e pediu esclarecimentos. O conselheiro Francilon Simões perguntou se, sendo só
405 um servidor no setor, como ele faria a ata, que a questão dos trabalhos é impossível. O
406 conselheiro Alexandre Pitol disse que em todos os afastamentos do câmpus é feita a ata e que
407 não vê impeditivo, porque todos têm o mesmo objetivo. O conselheiro Walter Leães disse que

ter ata é salutar para a gestão, mas num setor com duas pessoas é complicado. O conselheiro Fabian Carbajal disse que isso pode travar um afastamento, mas o que não pode acontecer é paralisar as atividades finalísticas da instituição, que a capacitação do servidor é interesse da instituição e que precisamos achar fórmulas de resolver sem danificar a capacidade de a instituição cumprir suas obrigações; que não havendo edital a ata é condição para gerar afastamento; é preciso gerar mecanismos que garantam o meio termo entre afastamento e funcionamento da instituição, então acha válida a ata. A conselheira Gabriele Mandler sugere alterar a redação do inciso, porque assumir compromisso formal de quatro anos fica difícil, talvez o servidor deva listar suas atividades, porque não tem poder de dizer para as pessoas que elas devem fazer determinada tarefa, pode ocasionar conflito no setor. O conselheiro Nelson Marques perguntou se para especialização todos tem que ter registro no e-Mec, o que é pedido no item 5, e o e-Mec não é pedido para especialização. A comissão explicou que foi colocado por orientação da Codepe, com base na tramitação dos projetos. O pró-reitor Nilo Pozza explicou que a intenção foi a garantir a vinculação do servidor a um programa de graduação ou pós, mas pode ser readequado de acordo com a situação vigente. O presidente, baseado nas colocações do conselheiro Nelson Marques disse que o texto deve ser alterado, separando o texto em dois incisos. A conselheira Daniela Curcio disse que na seção 4, do art.8º, consta em comprovar em documento expedido pela instituição de ensino, o que pode ser empregado por analogia. O presidente sugeriu retirar do item a "especialização". A conselheira Flávia Costa disse que deve constar o registro do curso no e-Mec. O conselheiro Nelson Marques perguntou por que para especialização o candidato já deveria estar matriculado, se não seria suficiente comprovar a inscrição nos cursos no sistema E-Mec. Foi sugerido separar o inciso 6º em dois, ficando o sexto "comprovar vínculo nos estágios de graduação nos cursos registrados no sistema e-Mec" e o 7º "comprovar inscrição nos cursos registrados no sistema e-Mec." Colocadas em votação as alterações foram aprovadas por maioria, com 6 abstenções. O conselheiro Francilon Simões voltou a tratar dos incisos antes das alterações, ratificando que acha complicado deixar a cargo do servidor a busca do substituto, que caberá à gestão decidir. As conselheiras Juliane Neves e Flávia Costa disseram que este é um problema institucional e que cabe à reitoria discutir com todos os câmpus a situação de cargos específicos, porque esse ônus não cabe ao servidor candidato à capacitação; que os casos de sucesso não podem pautar a regra. O conselheiro Alexandre Pitol ratificou a importância de que os servidores façam os acordos para cumprir tarefas de quem se afastar. A servidora Elizabete Kowalski lembrou que há câmpus em que colegas de setor não têm diálogo, por isso considera perigoso colocar no regulamento a divisão de tarefas pelos servidores. O conselheiro Francilon Simões relatou experiência do câmpus por negativa de colega em suprir a carga horária de servidor que pediu prorrogação de afastamento. Disse que nas reuniões sindicais tem defendido o técnico-administrativo substituto. O conselheiro Fernando D'Oca perguntou como fica explicada a absorção das atividades, no documento que autoriza o afastamento e disse que não tem como autorizar um afastamento se não houver ata comprovando como suas atribuições serão executadas durante o período de afastamento; que o Codir pensou em ata, mas, se ficou pesada, é necessário criar outro dispositivo, explicitando as atividades e quem vai absorvê-las. A conselheira Claire Santos sugeriu comissão entre o candidato a afastamento, os servidores pertencentes à coordenadoria do servidor, chefia imediata e direção do câmpus, que a partir de reunião de sensibilização construiria a ata e responsabilização. A conselheira Gabriele Mandler lembrou da necessidade de transparência no serviço público e necessidade de que mais pessoas soubessem desenvolver as mesmas atividades, independente de afastamento. O conselheiro Guilherme Aguiar lembrou que há uma comissão que trabalhou desde maio, com cinco ou seis reuniões presenciais, escutando todas as bases e o Codir não aceitou o relatório da comissão, criando outra proposta, em que há duas cláusulas que podem barrar o afastamento do servidor; então tem que ouvir e respeitar o parecer da comissão antes de votar, que trouxe a resposta dos servidores para o Consup, mesmo que o Codir não concorde. O conselheiro Cristian Conceição respondeu que o Codir não desfez, teve reunião com a comissão e não acatar não tira a possibilidade de dizer

460 como e por que; que a gestão está colocando situações que os câmpus vivem no dia a dia e o
461 Consup é o lugar para discutir. O presidente lembrou que nem a comissão nem o Codir estão
462 acima do Consup, de onde vai sair a decisão. O presidente colocou em votação a inclusão do
463 inciso 6; a proposta recebeu 4 votos, com 6 abstenções, de modo que a não inclusão do inciso
464 foi aprovada por maioria. O conselheiro Fernando D'Oca relatou situação de afastamento de
465 assistente social do câmpus, quando ficou combinado que as demais assistentes sociais iriam
466 suprir as atividades, mas isso não foi feito, que o câmpus ficou com problemas de não poder
467 fazer o edital e avaliações por falta de pessoal, inclusive porque havia quatro assistentes
468 afastadas no IFSul; que o inciso 7 diz que os demais câmpus e reitoria supririam, mas não sabe
469 se vai funcionar. Colocada em votação a inclusão do inciso 7, houve 13 votos favoráveis, 3
470 abstenções, tendo sido aprovada por maioria a não inclusão do inciso 7. O pró-reitor apresentou
471 a proposta de inclusão de pontuação por modalidade de cursos; que na reunião do Codir foi
472 apontada essa necessidade, que seria mais justo uma pessoa que vai fazer um curso presencial
473 pontuar mais do que uma pessoa que vai fazer curso a distância; que a proposta seria incluir
474 inciso para pontuar a modalidade do curso, no art. 11 e alteração na tabela: modalidade EAD –
475 máximo de 5 pontos; semipresencial ou híbrido, 8 pontos e presencial, 10 pontos. O conselheiro
476 Cristian Conceição justificou que a pontuação foi calculada por esforço de curso. O conselheiro
477 Luis Felipe Cunha considerou interessante a proposta e perguntou por que não foi incluído como
478 critério se o curso é feito na cidade onde trabalha ou se há necessidade de deslocamento, pois
479 considera justo que quem se desloca tenha uma pontuação maior. A conselheira Flávia Costa
480 disse que é preciso cuidado em não considerar EAD como uma subclasse de curso ou aluno,
481 porque o servidor não precisa deslocamento mas tem que superar dificuldades de não estar
482 com professores na sala, com a questão de aprender sozinha. O conselheiro Cristian Conceição
483 disse que não houve esse pensamento, mas para quem faz EAD pode ter flexibilização de
484 horário, fazer o curso em casa; não é desmerecimento, mas não dá para dizer que há o mesmo
485 esforço físico e de curso nas duas modalidades. A conselheira Gislaïne Saueressig perguntou se
486 o afastamento é só para facilitar deslocamento, se é para estudar; então um curso próximo de
487 casa pode ter mais exigências de leitura e produção do que um realizado fora do domicílio; que
488 usar isso como critério de pontuação é perigoso. A conselheira Daniela Curcio disse que é preciso
489 definir bem esses critérios principalmente no semipresencial porque há cursos presenciais com
490 alguns módulos ou carga horária a distância, como por exemplo o nosso mestrado. O
491 conselheiro Fabio Oliveira relatou experiência própria, salientando que o critério de distância é
492 flutuante; que a carga horária é mais ou menos a mesma para todos, mas a distância é
493 importante. O conselheiro Francilon Simões ratificou a importância da distância, porque em
494 lugares menores não há ou são poucos os cursos ofertados, o que exige deslocamento do
495 servidor. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou a importância de considerar a nota do curso e
496 disse considerar importantes como critérios para desempate a distância, a nota do curso e a
497 dedicação integral ao curso. A conselheira Gislaïne Saueressig considera complicado utilizar
498 deslocamento/distância como critério. O presidente considerou estipular uma distância mínima.
499 O conselheiro Luis Felipe Cunha sugeriu considerar curso no domicílio e curso fora do domicílio,
500 independentemente de distância e aí poderia ser considerado curso EAD. O conselheiro Fabio
501 Oliveira sugeriu pontuar a distância entre domicílio/local do curso para desempate, sem
502 necessidade de indexar quilometragem; salientou que escolhas pessoais não podem influir no
503 regulamento. O reitor levou à votação a proposta de incluir o item 3 no artigo 11 – modalidade
504 de curso ou programa e, conseqüentemente, criar as três posições na tabela de pontuação. A
505 proposta foi aceita por maioria, recebendo 3 votos contrários e 7 abstenções. Foi levada a
506 apreciação a inclusão da distância como critério de pontuação. A conselheira Janete Otte
507 explicou que, no regulamento de afastamento docente, distância superior a 200 quilômetros
508 representa 5 pontos. O presidente disse que, se aprovada a inclusão, poderia ser usado o mesmo
509 critério. O conselheiro Marcus Ribeiro disse que é preciso considerar se a pessoa vai e retorna
510 ou se vai e fica. A inclusão de distância como critério foi aprovada por maioria, com 6 votos
511 contrários e uma abstenção. O presidente sugeriu utilizar a mesma pontuação do regulamento

512 de afastamento docente, mas precisa ser considerada a questão posta pelo conselheiro Marcus
513 Ribeiro. O conselheiro Francilon Simões disse que precisaria saber o impacto que os 5 pontos
514 causam no regulamento docente e se seria o mesmo para os técnicos. A conselheira Gabriele
515 Mandler considera 5 pontos adequado. O presidente disse que deve ser analisado por partes;
516 primeiro a quilometragem, a modalidade e depois a pontuação. Em relação a distância foi
517 aprovado considerar 200 quilômetros do local de lotação. Em relação ao tipo de curso, a
518 conselheira Janete Otte disse que, quando a pessoa faz um curso EAD, dificilmente terá um polo
519 com distância superior a 200 quilômetros, então essa modalidade não precisaria entrar junto na
520 distância. O conselheiro Cristian Conceição falou sobre a Portaria Mec 459/2004 (educação
521 semipresencial) e Decreto 56222 (regulamenta art. 80 da LDB). Sobre a pontuação, há a proposta
522 inicial de 5 pontos e a do conselheiro Francilon Simões, 10 pontos. Levadas à votação, a proposta
523 de considerar 5 pontos foi vencedora por maioria, com duas abstenções. A conselheira Gislaine
524 Saueressig falou sobre os 20 pontos por não possuir antecedentes funcionais, registros de
525 penalidades disciplinares ou advertências, disse ser um repunimento da pessoa ou então
526 pontuar alguém por simplesmente existir, perguntou o que será motivo para PAD nos próximos
527 anos, se greve seria, que está se colocando em situação de privilégio quem não tem PAD. O pró-
528 reitor Nilo Pozza disse que o que está no quadro foi deliberação da comissão, amplamente
529 discutido; que todos estamos sujeitos a responder a um PAD, a ser investigado num processo
530 administrativo disciplinar, mas o quadro cita não ter tido penalidades, então para não ser
531 pontuado precisa ter sido indiciado e penalizado, logo não está se punindo quem já foi punido,
532 está procurando privilegiar o comportamento exemplar. A conselheira Janete Otte disse que
533 esse critério não deveria constar do regulamento e concordou com o desconhecimento do que
534 pode acontecer no futuro. A conselheira Flavia Costa diz que esse critério de certa forma
535 penaliza duas vezes o servidor, o que é uma questão de Direito. O conselheiro Francilon Simões
536 concordou com o posicionamento da conselheira Janete Otte. O presidente colocou em votação
537 a manutenção ou retirada desse item. A retirada do item foi aprovada com maioria, tendo 3
538 votos contrários e 6 abstenções. O pró-reitor Nilo Pozza voltou ao inciso 14 do parágrafo 2º e
539 trouxe da DDI a proposta de redigir a definição de unidade administrativa como temos na
540 estrutura organizacional. As unidades administrativas previstas na estrutura ou organograma
541 seriam unidade de auditoria interna, gabinete, procuradoria, coordenadorias, departamentos,
542 diretorias, pró-reitorias. O presidente disse que a proposta é: unidade administrativa é unidade
543 de estrutura operacional prevista os regimentos geral e internos dos câmpus. O conselheiro
544 Fabian Carbajal disse que 80% dos problemas decorrem da inexistência do técnico substituto e
545 perguntou aos representantes do sindicato se continua sendo considerada precarização do
546 serviço público a contratação dos técnicos substitutos, reconheceu a defesa dos conselheiros
547 neste direito; que se o Sinasefe não se posicionou em defesa do técnico substituto, é uma
548 discussão que precisa ser feita. O presidente disse que fica o registro, mas lembrou que está
549 sendo discutido o regulamento e esta não é reunião do sindicato. O conselheiro Marcus Ribeiro
550 perguntou quando sairá o edital, já que tem muitos servidores fazendo pós-graduação e no
551 aguardo do edital; perguntou de edital agora, para liberar a demanda reprimida. O pró-reitor
552 Nilo Pozza disse que edital imediato comprometeria o andamento de outros editais que estão
553 sendo trabalhados, mas pretende lançar no início do ano para contemplar o primeiro semestre
554 e os que já estão em andamento. A conselheira Julia Faria perguntou se o regulamento não seria
555 levado a votação como um todo e o presidente respondeu que em seu entendimento, a votação
556 e aprovação item a item já garantiriam sua aprovação total. O presidente agradeceu os colegas
557 que participaram da comissão e disse que temos um regulamento que deixa claras as condições
558 para afastamento dos técnicos-administrativos. Entrou em discussão o PPC do curso **Superior**
559 **de Tecnologia em Análise de Sistemas** do câmpus Santana do Livramento, o presidente explicou
560 a urgência porque precisa sair no SISU. Levado à votação, foi aprovado por unanimidade. A
561 seguir, foram colocados em apreciação dos **calendários letivos 2019**, cuja aprovação é
562 necessária para a marcação de férias dos docentes. O representante do câmpus Sapucaia do Sul,
563 Carlos Wurzel, pediu que fique tudo em um único documento, eventos, anotações, uma vez que

564 a PROEN pediu que separasse. O presidente propôs que sejam votados os calendários e que o
565 formato seja discutido posteriormente com a PROEN. A conselheira Janete Otte reportou erro
566 no calendário, pois as férias terminam dia 22, o que precisa ser ajustado. Colocados em votação,
567 os calendários foram aprovados por maioria, com duas abstenções. Foi aprovado também o
568 **calendário do Centro de Referência**. A seguir, foi colocada em apreciação o **item 13 do PPC**
569 **Superior de Viticultura e Enologia** do CaVG. Não havendo destaques, foi aprovado por maioria,
570 com uma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e este documento,
571 após lido e aprovado, será assinado pelos presentes.

Handwritten signatures and notes in blue ink:

- Top left: "8" and a signature.
- Top center: "C. Cardoso" with a signature above it.
- Top right: "A. B. S. S. S. S." with a signature above it.
- Middle left: "Conceição" with a large signature.
- Middle center: "Graciela M. d. S. B." with a signature above it.
- Middle right: "Gabriel Luiz Mendes" with a signature above it.
- Bottom left: "Ferreira" with a signature above it.
- Bottom center: "N. M. M. M." with a signature above it.
- Bottom right: "Paulo Ottonari" with a signature above it.
- Bottom center: "J. B. B. B." with a signature above it.
- Bottom left: "B. B. B. B." with a signature above it.
- Bottom center: "J. B. B. B." with a signature above it.
- Bottom right: "D. B. B. B." with a signature above it.